

1 Ata da reunião ordinária nº 1511 do
2 Conselho de Administração da
3 Universidade Estadual de Londrina -
4 UEL, realizada no dia 28 de
5 setembro de 2022.

6 No dia vinte e oito de setembro, do ano de dois mil e vinte e dois, às
7 quatorze horas e trinta minutos, na sala virtual, **Link:**
8 meet.google.com/nnk-snwn-hzi, em função do isolamento social,
9 decorrente da pandemia de coronavírus, reuniu-se ordinariamente o
10 Conselho de Administração, sob a presidência da Reitora, Profª Dra.
11 Marta Regina Gimenez Favaro, com a presença dos seguintes
12 conselheiros: Ana Heloísa Molina, Paulo Cesar Meletti, Silvano Cesar
13 da Costa, Sarah Nancy Deggau H. de Souza, Rogério Zanetti Gomes,
14 Patrícia Mendes Pereira, Eloísa Ramos Ribeiro Rodrigues, Marcos
15 Augusto Rocha, Davi Miranda, Silvia Meletti, Azenil Staviski, Zilda
16 Freitas Andrade, Maria Elisa Cestari e Leandro Altimari. Representando
17 o Centro de Estudos Sociais Aplicados, compareceu Regis Garcia e
18 representando a Pró-Reitoria de Planejamento, compareceu Luis
19 Fernando Casarim. Ausência justificada: Vice-Reitor Prof. Airton José
20 Petris. Convidados: os diretores de Centros recém eleitos, porém ainda
21 não empossados: João Antonio Cyrino Zequi, José Fernando Mangili
22 Junior, Orlando Mendes Fogaça, Inês Cristina Batista Fonseca, Laura
23 Brandini, Miguel Belinati Piccirillo, Andrea Name Colado Simão Carrie
24 Chueire Ramos e Alex Eduardo Galli. Outros convidados: Marcela
25 Baracat, Henrique Pipolo, Angela Maria Sousa Lima, Vivian Biazon
26 Feijó, Helion Leão Lino Júnior, Luiz Claudio Buzeti, Edmarlon Giroto,
27 Edson Miura, Marino Arthur, Viviane Furtoso, Marta Dantas, Gilberto
28 Hildebrando, Ariella Besing, Alberto Duran e Lisiane Freitas de Freitas.

29 **I. ORDEM DO DIA. Item 1) Discussão e votação da Ata 1510, de 14**
30 **de setembro de 2022.** Sem apontamentos. Em regime de votação.
31 Aprovada por unanimidade. **Item 2) Processo 19.509.808-5 – ARI -**
32 **deliberar acerca do Protocolo de Intenções e do Acordo Específico**
33 **de Intercâmbio de Estudantes, que entre si celebram a**
34 **Universidade Estadual de Londrina e a Universidad Peruana**
35 **Cayetano Heredia (Peru) (Relatora: Profª Dra. Viviane Bagio**
36 **Furtoso).** Trata-se de Protocolo de Intenções e de Acordo Específico
37 de Intercâmbio de Estudantes que pretendem “renovar” a UEL e a
38 Universidad Peruana Cayetano Heredia (UPCH - Peru). A primeira
39 tramitação se deu em 2012, por meio de ofício enviado pela Bebê
40 Clínica para a ARI/UEL. O primeiro acordo foi assinado em 2012 e
41 renovado em 2017. Agora, pretende-se uma segunda renovação.
42 Segundo o relatório da Profa. Cássia Garbelini, diretora da Bebê

1 Clínica, por conta da pandemia não houve intercâmbio estudantil
2 durante a vigência da segunda edição do acordo. No entanto, outras
3 atividades foram realizadas entre as duas instituições, como uma
4 conferência a respeito de Protocolos Clínicos frente à Pandemia de
5 COVID-19, que colaborou para a reorganização dos atendimentos
6 emergenciais em odontopediatria na UPCH. Além disso, a partir desta
7 cooperação, a Profa. Cássia ingressou no Observatório de Investigação
8 da Cárie Dentária na América Latina (OICAL), que é coordenado por
9 uma professora da UPCH. Pelos motivos expostos, a renovação deste
10 acordo é de mútuo interesse entre as partes, havendo ainda sido
11 manifestado o interesse por parte da UPCH de envio de estudantes
12 para realização de mobilidade acadêmica na UEL no ano de 2023. Em
13 regime de discussão. Não havendo inscritos, em regime de votação.
14 Aprovado por unanimidade. **Item 3) Processo 19.273.870-9 – ARI -**
15 **deliberar acerca do Acordo Específico de Intercâmbio que entre si**
16 **celebram a Universidade Estadual de Londrina e a *International***
17 ***Federation of Medical Students - IFMSA Brazil* (Relatora: Profª Dra.**
18 **Viviane Bagio Furtoso).** A ARI tem tido o contato de averiguar as
19 atividades que têm sido realizadas por esses acordos. Para saber se
20 estão dando resultados, ou se ficaram parados sem ações. Esse que
21 está pautado é bem frutífero. Em 01 de julho de 2022 a ARI recebeu
22 uma solicitação por parte do Colegiado de Medicina para orientações
23 quanto à formalização de parceria entre a UEL e a IFMSA por meio de
24 um Acordo de Intercâmbio. A IFMSA é uma associação internacional
25 de estudantes de Medicina que promove intercâmbios médico-
26 acadêmicos, nacionais e internacionais, de curto prazo (de um a dois
27 meses), cujo objetivo é a observação clínico-cirúrgica ou a observação
28 em pesquisa médica. A partir da cooperação entre a UEL e a IFMSA,
29 os estudantes de medicina da UEL poderão se candidatar para a
30 realização de intercâmbio nas instituições estrangeiras associadas à
31 IFMSA, bem como poderá a UEL receber, eventualmente, alunos
32 dessas mesmas instituições. Por decisão do Colegiado de Medicina, a
33 UEL aderiu somente à modalidade do intercâmbio internacional,
34 excluindo o intercâmbio nacional. Assim sendo, a minuta anexa a este
35 processo diz respeito a um Acordo Específico de Intercâmbio
36 Internacional. Esta cooperação não gera ônus à universidade, já que,
37 de acordo com a Cláusula Quinta do Acordo, as taxas de inscrição no
38 processo e os custos de viagem são de responsabilidade do estudante
39 participante, e as despesas de estadia e alimentação são de
40 responsabilidade da *IFMSA Brazil*. A pedido dos estudantes de
41 Medicina, ratificado pela coordenação do colegiado de curso, o Acordo
42 foi encaminhado ao Gabinete da Reitoria em 08/08/2022 para

1 assinatura *ad referendum*, uma vez que o prazo para inscrição dos
2 alunos nos programas de intercâmbio da IFMSA era 09/08/2022. A ARI
3 agradece à PJU pela celeridade na análise e emissão do parecer e ao
4 gabinete da reitoria pelas providências em tempo hábil para a
5 candidatura dos alunos no processo de seleção de agosto de 2022.
6 Tivemos 5 alunos inscritos e que puderam participar desse intercâmbio.
7 Em regime de discussão. Em regime de votação. Aprovado por
8 unanimidade. **Item 4) Processo 19.495.261-9 – AINTEC - deliberar**
9 **acerca do Acordo de Cooperação Técnico-científica e Inovação**
10 **Tecnológica, que entre si celebram a UEL, a FAUEL e a União**
11 **Química Farmacêutica Nacional S. A. (Relator: Prof. Dr. Edson**
12 **Miura e Marinno Arthur).** Antes de adentrar ao relato dos processos,
13 gostaria de fazer um agradecimento aos Diretores de Centros de
14 Estudos, conselheiros desse C.A e que terminam sua gestão agora,
15 mas que ao longo desses últimos quatro anos aprovaram muitos
16 processos nossos, inclusive validaram nossas resoluções, aprovaram
17 a vinda de dois assessores para a AINTEC, o que tem permitido
18 avançarmos na área de inovação, e temos ampliado nossas parcerias,
19 nos tornando referência no Estado. Esse processo trata-se de acordo
20 de cooperação técnico-científica em que participam a UEL, a FAUEL e
21 a União Química Farmacêutica Nacional S.A. O projeto será
22 coordenado, pela UEL, na pessoa do Prof. Dr. Fabio Nelson Gava,
23 docente do departamento de Clínica Veterinária da Universidade e pela
24 empresa por Renato Piemonte Ribeiro, Gerente de Pesquisa Clínica da
25 União Química. A atividade a ser desenvolvida tem como objetivo
26 analisar e validar tecnologicamente em ambiente relevante a
27 terapêutica com *maleato de enalapril* em cães com endocardiose de
28 válvula mitral, por meio de exames de diversas naturezas. A União
29 Química irá subsidiar os exames, produtos para análises e pagará
30 bolsas para realização da validação tecnológica, quase alcançando o
31 montante de quatrocentos mil reais, além de fornecer medicamentos. A
32 UEL vez, proporcionará a utilização os espaços do Laboratório de
33 Patologia Clínica Veterinária, do Laboratório de Cardiologia Veterinária,
34 bem como contará com a participação de docentes e discentes
35 pesquisadores. Marinno Arthur - A Procuradoria apontou a necessidade
36 de atualizar os dados dos representantes da FAUEL, o que será feito a
37 depender da data da assinatura do Acordo. Apontaram a necessidade
38 de uma cláusula específica visando a regulação posterior da
39 fiscalização do Acordo, o que foi totalmente acatada pela AINTEC e
40 pela empresa União Química. Por fim, pediu-se que a AINTEC
41 analisasse a integralidade dos documentos apresentados pela empresa
42 para comprovar sua capacidade de contratação com a Administração

1 Pública, o que foi integralmente realizado. Assim, não há ressalvas ou
2 óbices jurídicos à assinatura desse Contrato. Em regime de discussão.
3 Prof. Paulo Meletti – parabeniza a equipe da AINTEC pelo trabalho e
4 pela parceria. Tem uma dúvida sobre a bolsa de incentivo a inovação,
5 se são valores estipulados pela UEL, ou seguem agências de fomento?
6 Marinno Arthur – as bolsas de inovação ainda seguem os parâmetros
7 da Fundação Araucária, que é o praticado no Estado, até que tenhamos
8 uma resolução interna específica para essa matéria. Em regime de
9 votação. Aprovado por unanimidade. **Item 5) Processo 19.355.361-3 –**
10 **AINTEC - deliberar acerca do Contrato de Ajuste de Propriedade**
11 **Intelectual que entre si celebram a UEL, a Glyom Tecnologia em**
12 **Sínteses Ltda. e a Aqia Química Industrial Ltda. (Relator: Prof. Dr.**
13 **Edson Miura e Marinno Arthur).** Referente a co-titularidade de
14 tecnologia nomeada “Processo de Produção de Soforolipídios
15 utilizando de Diferentes Óleos Vegetais e Respectiva Aplicação”. O
16 contrato será assinado entre a UEL, a Glyom Tecnologia em Sínteses
17 Ltda e a empresa Aqia Química Industrial Ltda. Resultado do Acordo
18 de Cooperação 01/2020 entre as empresas e a UEL, o qual foi
19 concluído com sucesso e gerou a tecnologia. No contrato, a empresa
20 Glyom ficará com 25% da propriedade intelectual, 25% para a Aqia e
21 50% para a UEL. A UEL será a responsável por administrar o pedido
22 de registro de patente e será ressarcida, na medida da propriedade
23 intelectual de cada uma, pelas empresas posteriormente. Após a
24 assinatura do contrato, será feito o depósito do pedido de patente.
25 Marinno Arthur - a Procuradoria Jurídica não encontrou óbice às
26 assinaturas apenas constando ressalvas, fazendo a inclusão de
27 cláusulas sobre penalidades cabíveis e multas pelo descumprimento do
28 contrato, formas condições de rescisão contratual, com consequente
29 reconhecimento dos direitos da Administração em caso de rescisão
30 administrativa por inexecução total ou parcial do contrato; inclusão da
31 Lei no 9.279/1996, a Lei Estadual no 15.608/2007 e a Lei Estadual no
32 20.541/2021; trazer, como está sendo feito a partir deste parecer, a
33 capacidade dos agentes indicados para assinaturas e a adequação das
34 empresas e de seus dirigentes com os requisitos de idoneidade e
35 habilitação necessários para o relacionamento com a Administração
36 Pública - o que não excluirá, nos termos da Lei Estadual no
37 15.608/2007; substituições de termos a fim de uma melhor adequação
38 ao instrumento jurídico proposto. Todos os apontamentos foram
39 atendidos. Em regime de votação. Aprovado por unanimidade. **Item 6)**
40 **Processo 19.371.916-3 – AINTEC – deliberar acerca do Protocolo**
41 **de Intenções que entre si celebram a UEL e a Gaia Agro Solutions**
42 **(Relator: Prof. Dr. Edson Miura e Marinno Arthur).** Trata de protocolo

1 de intenções a ser firmado entre a UEL e a Gaia Agro Solutions. A Gaia
2 é uma empresa que procurou a UEL com interesse em realizar algumas
3 cooperações e transferências de tecnologias e o Protocolo é uma forma
4 de firmar um primeiro documento jurídico entre as partes, bem como
5 facilitar o diálogo com mais Centros e Departamentos, haja vista que as
6 áreas de pesquisa da empresa são diversas. Ressaltamos que cada
7 vez mais novos protocolos de intenções serão trazidos ao C.A. pois
8 firmar este documento tem se mostrado um excelente primeiro passo
9 na nossa relação com empresas e outras ICTs, trazendo mais
10 confiança e segurança para ambas as partes. Em breve, teremos o
11 nosso modelo de Protocolo de Intenções no site da AINTEC, junto com
12 um fluxograma simplificado da sua tramitação para incentivar que mais
13 professores, servidores, alunos e pessoas de fora da UEL o conheçam
14 e usufruam desta modalidade. No protocolo de intenções não se
15 assume responsabilidades, riscos ou quaisquer obrigações, sendo
16 apenas uma declaração de que as entidades querem trabalhar em
17 conjunto visando parcerias futuras. A Procuradoria não encontrou
18 óbices para a assinatura, apenas com ressalvas quanto a apresentação
19 dos documentos atualizados da empresa, os quais foram enviados
20 recentemente à AINTEC, a inclusão das formas de denúncia, rescisão
21 e extinção do protocolo, o que foi integralmente colocado e, por fim,
22 quanto a vigência do protocolo, que agora passa a ter 2 anos de
23 vigência. Em regime de votação. Aprovado por unanimidade. **Item 7)**
24 **Processo 19.448.811-4 – Casa de Cultura - deliberar acerca do**
25 **pedido da Associação Evangélica de Londrina AEBEL - Hospital**
26 **Evangélico, de isenção do preço público para o uso do Cine Teatro**
27 **Ouro Verde. (Relatora: Profª Dra. Marta Dantas).** Esse processo
28 parte de uma solicitação da AEBEL que é uma associação do Hospital
29 Evangélico, de isenção de preço público para uso do Cine Teatro Ouro
30 Verde, além do pedido de doação de um concerto da nossa OSUEL,
31 em uma data do mês de maio, para um concerto do Dia das Mães e
32 que o valor da bilheteria fosse revertido na melhoria do Centro Cirúrgico
33 do Hospital Evangélico. Lembrando que o art. 6º da resolução 40 de
34 2022, temos “O Cine Teatro Universitário Ouro Verde - CTUOV,
35 sediará, preferencialmente, atividades com caráter ou finalidade
36 artístico-cultural que requerem espaço e recursos deste teatro,
37 promovidas pela Casa de Cultura, pelo Centro de Educação Cultura e
38 Artes, demais unidades da Universidade Estadual de Londrina e outras
39 entidades externas. Art. 7º Desde que respeitada a preferência
40 estabelecida no Art. 6º, o espaço do CTUOV poderá ser cedido para os
41 seguintes usos: I - Auditório, a fim de atender atividades acadêmicas
42 ou de outra natureza; II - Locação para gravações audiovisuais e fotos,

1 com finalidade artística, cultural e publicitária. Parágrafo único: Fica
2 vedada a cessão de espaço para eventos religiosos, político partidários,
3 de propaganda política e afins. Por isso, entendemos que esse pedido
4 pode ser avaliado por esse Conselho. O art. 20, parágrafo 5º dessa
5 mesma resolução, apresenta “a as atividades de Associações,
6 Conselhos e Organizações de classe cujas áreas de atuação sejam
7 contempladas pelos cursos de graduação e pós-graduação ofertados
8 pela UEL, será cobrado preço da garantia mínima de acordo com o
9 Anexo II desta Resolução.” Como a associação está pedindo a isenção
10 total do preço público, trouxemos esse processo para análise e
11 deliberação do Conselho de Administração. É o relato. Profa. Marta
12 Favaro – importante ressaltar que a equipe da Casa de Cultura e da
13 Orquestra deliberou sobre esse processo e são favoráveis, e agora vem
14 para a apreciação do Conselho de Administração. Em regime de
15 discussão. Davi Miranda – senti falta de uma planilha de custos sobre
16 o impacto financeiro, da PROPLAN e da PROAF, para ver se não há
17 impacto. Profa. Marta Dantas – segunda, terça e quarta o Cine Teatro
18 já é reservado para a programação da Orquestra e da Casa de Cultura.
19 Esse custo não pode ser levantado agora, porque precisamos definir a
20 data, uma vez que cada dia da semana possui um preço público
21 diferente. Vai depender da negociação da própria orquestra com a
22 Associação de Apoio do Hospital Evangélico e também da própria
23 agenda do Ouro Verde. A orquestra já tem de praxe uma apresentação
24 por mês, e isso já está no contrato do maestro e ações como essas
25 também já estão previstas no contrato do mesmo maestro como
26 “apresentação especial”. Estamos tratando aqui de um auxílio a um
27 centro cirúrgico de um hospital que atende à grande parte da população
28 da região. Tivemos o cuidado de analisar esse pedido, respeitando o
29 contrato do maestro, nossas resoluções e nossa agenda do Ouro
30 Verde. Profa. Marta Favaro – é uma preocupação pertinente do Davi,
31 mas, compreendo os argumentos da Casa de Cultura. Prof. Silvano
32 Cesar – temos que olhar dois aspectos, primeiro é o objetivo desse
33 concerto, que é nobre, vai haver cobrança de ingressos e que a
34 bilheteria será revertida ao centro cirúrgico de um hospital, a causa é
35 nobre, por outro lado, temos recebido muitos pedidos de isenção, nos
36 últimos meses, a exemplo do pedido do Palco Paraná, recebemos os
37 pedidos de isenção do preço público para os apenados prestarem
38 vestibular, praticamente toda reunião de C.A temos aberto mão de
39 Receitas, e nossa situação financeira não está boa. Até onde sei, a
40 Saúde recebeu muito dinheiro nesse período de pandemia, há outras
41 fontes para buscar recursos. A orquestra tem um custo, o aluguel do
42 espaço também tem um custo. Penso que isentar a totalidade, não seja

1 o ideal, não podemos ficar abrindo mão de receita, na condição
2 financeira, e vendo o lado administrativo da UEL. Profa. Patrícia
3 Mendes – concordo com a fala do Prof. Silvano, a causa é nobre, mas,
4 ao mesmo tempo, olho para a Universidade, no mínimo vai gerar hora
5 extra para a Universidade, temos custos de manutenção, custos de
6 limpeza, nós dentro da Universidade também precisaríamos de eventos
7 como esse para arrecadarmos Receita, para o nosso HU, para o nosso
8 Hospital Veterinário, mas, darmos isenção total, tanto da parte da
9 Orquestra, quanto da locação do espaço, não sou favorável à isenção
10 total. Prof. Paulo Meletti – todos os nossos espaços têm um preço
11 público, nossos auditórios, vivo isso todas as semanas, por conta do
12 Cyro Grossi, e muitas vezes a relação é distante. Agora mesmo
13 recebemos pedido da Associação das Empresas Juniores, a presidente
14 nem é estudante nossa, então, sempre nos chegam pedidos como
15 esse. Eu sou favorável à isenção, mas, estamos diante de um fato raro,
16 talvez estejamos diante do primeiro pedido dessa natureza. Como está
17 a arrecadação da OSUEL, temos lotado o Ouro Verde? A Universidade
18 é muito cobrada pela participação na sociedade e negarmos um pedido
19 como esse talvez cause algum impacto negativo lá fora. Pode parecer
20 que não contribuimos e fechamos as portas para a sociedade. Talvez,
21 tenhamos que pensar em uma regulação para isso. Certamente o
22 hospital evangélico vai conseguir lotar o Ouro Verde, será um sucesso,
23 mas, que seja aberto com essa oportunidade, que possamos
24 operacionalizar melhor esse tipo de isenção, me coloco preocupado
25 com a frequência desses pedidos. Profa. Eloísa Rodrigues – senti falta
26 de um pouco mais de informação da entidade do hospital evangélico,
27 da natureza dessas melhorias desse Centro cirúrgico, existe um projeto
28 para essa reforma, é compra de equipamento, haverá outras parcerias
29 para complementar os custos, o que estamos apoiando efetivamente?
30 Não existe comprovação que esse investimento já está sendo
31 realizado. Gostaria de saber se vieram informações complementares.
32 Sobre o preço público, que fossem minimamente retirados os custos de
33 pagamento de hora extra e de manutenção da UEL, para não gerar
34 despesas para a Universidade, de repente não isentar a totalidade.
35 Profa. Marta Favaro – podemos fazer um contraponto, que
36 isentássemos parcialmente, mas, que nossos custos fossem
37 minimizados, talvez fosse produtivo, retirar de pauta, encaminhar para
38 a PROPLAN, para encarte da planilha de custos, para sabermos quanto
39 custaria para a Universidade essa isenção em sua totalidade e
40 promovermos um equilíbrio, solicitando alguma contribuição no que
41 tange aos custos básicos para a realização do evento, com equipe
42 técnica, hora extra e outros. Podemos retomar a discussão em um

1 próximo C.A, com os números. Profa. Marta Dantas – compreendo a
2 posição de todos, mas, é preciso deixar claro que temos a possibilidade
3 de atender ao pedido, chegar a um meio termo, podemos pensar em
4 uma cobrança da garantia do pedido mínimo estabelecido na
5 resolução, a depender do dia, se fosse uma quinta-feira, R\$ 1.700 reais,
6 se for em um sábado R\$ 3mil reais, ou seja, eles ficariam com a
7 bilheteria e nós descontaríamos esse valor. O dinheiro de manutenção
8 do teatro já é produzido pelo próprio Ouro Verde. O maestro já está
9 sendo pago, já faz parte do contrato dele. Temos apenas 3 servidores,
10 ou seja, a carga horária extra é mínima, porque são apenas três
11 pessoas. O que a profa. Eloísa perguntou é bem pertinente, sobre mais
12 informações da reforma do centro cirúrgico, posso tentar levantar essas
13 informações, posteriormente. Profa. Marta Favaro – a Profa. Marta
14 Dantas já está organizando um planejamento de ações para arrecadar
15 valores para a UEL e para o Teatro. Profa. Patrícia Mendes – penso
16 que é importante o apoio, o vínculo com a sociedade, mas a isenção
17 total não seria razoável. O detalhamento do projeto é importante
18 mesmo, para sabermos com o que estamos colaborando. Precisamos
19 ter uma contrapartida, nem que seja o preço público do aluguel do
20 espaço. Profa. Marta Favaro – a professora Marta Dantas apresenta a
21 proposta de que a gente aprove o processo e que seja abatido da
22 bilheteria o preço público do uso do espaço do Ouro Verde (preço de
23 garantia mínima). Ou retiramos de pauta e apreciamos em outra
24 oportunidade, com mais informações. Davi Miranda – é imprescindível
25 a presença da planilha de custos no processo e que seja analisado em
26 próxima oportunidade. Profa. Marta Favaro – temos duas propostas
27 então, a da Profa. Marta Dantas e a do Davi Miranda. Que volte para a
28 composição da planilha de custos e uma indicação desse conselho de
29 cobrança do preço mínimo de garantia. Prof. Silvano Cesar – não cabe
30 a nós fiscalizar em que utilizarão na reforma do centro cirúrgico.
31 Concorda que a contribuição da UEL é a concessão da orquestra, essa
32 é a parceria, sem a orquestra eles não vão vender ingressos. O foco
33 não é o espaço. A gente ficar abrindo mão de todas as receitas não é
34 razoável. Penso que da bilheteria, descontar o valor do uso do espaço
35 é pertinente. Prof. Paulo Meletti – penso que podemos votar com a
36 condicionante, de que da bilheteria, descontaríamos o preço mínimo,
37 previsto em resolução. Prof. Azenil Staviski – em função do tempo, o
38 Casarim não conseguiu fazer a planilha, mas, é importante colocar para
39 a associação que a UEL tem um custo indireto. Quando o Ouro Verde
40 incendiou, ele foi reconstruído com a participação da sociedade e com
41 recursos públicos. O mérito é indiscutível, é um hospital, assim como
42 ajudamos o nosso HU. As despesas e os custos não vão ser acrescidos

1 ao que a UEL já tem, agora o preço público do uso do espaço, dois mil
2 reais, não vão resolver as nossas contas. Penso que a divulgação
3 desse ato para a sociedade tem um valor muito maior, esse valor não
4 cobraria as despesas indiretas. Prof. Silvano Cesar – sei que esse valor
5 é irrisório, mas, de pouco em pouco que estamos isentando, abrimos
6 mão de valores e estando ficando sem dinheiro para manutenção dos
7 Centros. Em um C.A isentamos quase cem mil reais. Profa. Marta
8 Favaro – podemos fazer uma indicação de que a partir de agora, novos
9 pedidos de isenção venham acompanhados de planilha dos custos. E
10 essa indicação do Prof. Azenil de mesmo votando hoje o processo, que
11 seja encartada a planilha, para que a Associação tenha ciência dos
12 nossos custos indiretos. Davi Miranda – discordo totalmente, não
13 podemos encartar nenhum outro documento após a deliberação desse
14 conselho. Profa. Marta Favaro - que votemos o processo, com o
15 condicionante que façamos a cobrança do preço público de garantia
16 mínima do uso do Ouro Verde e que nos próximos pedidos de isenção
17 com a mesma natureza, que fossem aprovados com essa planilha dos
18 custos indiretos. Em regime de votação. Aprovado com 1 voto contrário.
19 Declaração de voto: Davi Miranda - contrário por ausência de planilhas
20 de custos analisada pela PROPLAN. **Item 8) Processo 19.611.825-1 –**
21 **PROEX - deliberar acerca do Termo de Cooperação e de**
22 **Compromisso que entre si celebram a UEL e o Instituto de**
23 **Desenvolvimento Rural do Paraná - IDR-PR, para oferta do Curso**
24 **de Extensão "Formação Continuada de Extensionistas para a**
25 **Prestação do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural**
26 **com Povos Indígenas" (Relatora: Profª Dra. Zilda Andrade).** Trata-
27 se do curso de extensão: “Formação Continuada de Extensionistas
28 para a Prestação do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural
29 com Povos Indígenas”, que é uma proposta conjunta, da antiga
30 EMATER, agora IDR-PR, e com a UEL, cujo objetivo centra-se em
31 proporcionar formação continuada em Assistência Técnica e Extensão
32 Rural com povos indígenas numa perspectiva interdisciplinar,
33 intercultural e de respeito e diálogo com os povos e comunidades
34 indígenas do Paraná, visando atualizar a formação e a prática
35 profissional. Os objetivos específicos são: qualificar a ação de
36 extensionistas rurais de diferentes áreas profissionais em processos
37 metodológicos de modo a facilitar a apropriação de conceitos e
38 tecnologias para atuação nos territórios indígenas, considerando-se as
39 peculiaridades de cada grupo étnico nos seus aspectos políticos,
40 sociais, organizacionais, identitários e culturais. Definir estratégias
41 metodológicas que privilegiem o enfoque participativo, o respeito aos
42 conhecimentos tradicionais e o retorno dos resultados às comunidades

1 indígenas. Elaborar o Plano de Ação de ATER Indígena nas terras
2 indígenas contando com a participação das comunidades indígenas.
3 Identificar e planejar o possível envolvimento de acadêmicos indígenas
4 de distintas instituições de educação superior públicas no Paraná como
5 potenciais mediadores interculturais de ATER Indígena nas terras
6 indígenas onde se desenvolverá a atuação de técnicos do IDR-Paraná.
7 Publicar a experiência de formação continuada a ser desenvolvida
8 buscando disseminar trabalhos acadêmicos elaborados durante e ao
9 final do curso. Em regime de discussão. Prof. Silvano Cesar – pelo
10 título, imaginei que tivesse algo mais prático, mas, olhando os módulos,
11 me parece uma coisa mais teórica, de legislação, me parece que não
12 terá nada prático de extensão rural, nem atualização de plantio de
13 alguma cultura, ou manejo de animais. Vi que só tem de professor
14 envolvido o Prof. Wagner do Amaral. Profa. Zilda Andrade – é a
15 formação teórica para melhorar a qualificação dos técnicos do IDR, no
16 que tange à cultura indígena, legislação pertinente. Será ofertado para
17 todos os técnicos do Paraná. Só tem o nome do Prof. Wagner, porque
18 no momento em que os módulos serão ofertados, é que serão incluídos
19 os nomes dos técnicos do IDR para a parte prática, para trazer um
20 pouco mais de vivências. Importante destacar que a CUIA da UEL está
21 envolvida, por isso o nome do Prof. Wagner. Mas, haverá a indicação
22 de outros docentes das áreas pertinentes e de acordo com cada
23 módulo. Prof. Silvano Cesar – continuo pensando que seria mais
24 interessante se houve um pouco mais de prática nesse curso, mas, sou
25 favorável a essa parceria. Profa. Marta Favaro – penso que o pessoal
26 do Serviço Social começa o trabalho, os extensionistas do IDR
27 precisam dessa formação, é um primeiro movimento, mas, se houver
28 oportunidade de inclusão de outros docentes, com diferentes
29 *expertises*, fortalecerá ainda mais o curso. Prof. Paulo Meletti – o Prof.
30 Josué Maldonado do CCB e há outros do CCA que podem auxiliar no
31 projeto. Mas, concordo com a profa. Marta que essa primeira
32 aproximação de como lidar com a cultura indígena é primordial, antes
33 mesmo da parte prática. **Item 9) Processo 19.488.659-4 –**
34 **PROGRAD/PROPLAN - deliberar acerca da minuta de resolução**
35 **C.A que dispõe sobre o preço público para revalidação de**
36 **diplomas de cursos superiores estrangeiros de graduação no**
37 **âmbito da UEL. (Relatores: Profa. Dra. Maria Elisa Cestari e Prof.**
38 **Dr. Sérgio Carlos de Carvalho).** Essa proposta de alteração de preço
39 público, é um pedido bastante antigo da PROGRAD, a UEL. A UEL
40 segue a Resolução CEPE Nº 019/2017, para revalidação dos diplomas
41 estrangeiros de graduação, e, para sistematizar e dar transparência ao
42 processo, fez adesão aos sistemas do INEP/MEC para realização de

1 todos os processos de revalidação, sendo que as revalidações de
2 medicina são vinculadas ao sistema revalida e outros cursos são
3 vinculados à plataforma Carolina Bori. A UEL fez adesão ao REVALIDA
4 desde o ano de 2011, comprometendo-se, por meio de documentos
5 assinados pela reitoria, a dar efetividade ao programa. Desde então,
6 utiliza-se desse exame como ÚNICA ferramenta para revalidação de
7 Diplomas Estrangeiros do Curso de Medicina. A UEL fez adesão à
8 Plataforma Carolina Bori, desde 2018 e realiza revalidações de outros
9 43 cursos. Os processos realizados pela Plataforma Carolina Bori,
10 seguem a Resolução 019/2017, não tendo disponibilidade de vagas
11 para o curso de Medicina. Nos últimos 5 anos (de 2018 a junho de 2022)
12 a UEL revalidou 327 diplomas estrangeiros de Medicina sem cobrar
13 nenhum preço público, pois não estava previsto e 38 diplomas de outros
14 cursos, exceto Medicina, com preço público de 1000 reais a saber:
15 Administração, Arquitetura, Artes Cênicas, Artes Visuais, Ciências
16 Contábeis, Ciências Econômicas (2), Ciências Sociais, Educação
17 Física – Bacharelado, Enfermagem (2), Engenharia Civil (2),
18 Engenharia Elétrica (3), Física, Fisioterapia (3), História, Letras
19 Português, Matemática (2), Medicina Veterinária (2), Odontologia (2),
20 Pedagogia (2), Psicologia (2), Química. E não captamos nenhum
21 recurso, com essas revalidações. Importante destacar que boa parte
22 desses requerentes assim que fazem a solicitação, ingressam com
23 pedidos judiciais, o que também sobrecarrega a nossa PJU, porque não
24 querem aguardar o prazo regimental da UEL, querem o diploma em
25 poucos dias, sendo que temos até 30 dias para organizar a revalidação.
26 Tivemos alguns pedidos de refugiados, mas, já temos legislação que
27 isentam preços públicos nesses casos e daí nem sobem para o C.A.
28 Profa. Marta Favaro – há dois aspectos nessa proposta de resolução a
29 inclusão da cobrança para a revalidação de diplomas advindos desses
30 convênios e também a revisão do preço público que já está proposto
31 em resolução. Prof. Paulo Meletti – gostaria de salientar que o
32 pagamento não é garantia de revalidação. Os processos são bem
33 rigorosos. O requerente está levando o nome da UEL. Penso que o
34 reajuste está bem elevado. Nem todos são médicos, nem todos tem
35 poder aquisitivo alto, esse valor pode afugentar muitos pedidos de
36 outros profissionais. Uma coisa é abrir mão de mil reais, outra coisa é
37 abrir mão de 3 mil reais. Profa. Ana Heloisa Molina – poderíamos
38 pensar em algum retorno desse valor para o colegiado que avalia esse
39 processo de revalidação, ou para a banca, porque é um trabalho grande
40 de análise e depois de acompanhamento desse estudante, fazendo
41 algumas disciplinas no curso. Davi Miranda – gostaria de ver a memória
42 de cálculo do salto de mil para três mil reais. Gostaria que se colocasse

1 na resolução um artigo que prevísse o reajuste anual, de acordo com
2 algum índice. Profa. Marta Favaro – nós temos outros preços públicos
3 e que precisamos ampliar o estudo, para, se for o caso, prever essa
4 cláusula de reajuste, em todos os demais preços. Prof. Silvano Cesar
5 – em 2009 foi feito o último reajuste e agora vem esse aumento de
6 200% e talvez prever essa revisão anualmente, seria importante. Profa.
7 Marta Favaro – temos dois aspectos para avaliar, o primeiro e
8 estabelecer a cobrança para a revalidação advindas pelos convênios e
9 a outra é do valor. Luis Fernando Casarim – foi feita uma pesquisa pela
10 PROGRAD, dos preços públicos que são cobrados em outras IEES,
11 além do preço que foi fixado só em 2009, a UEL estaria recuperando o
12 valor desde 2009, além do agravante da DREM, por isso chegamos no
13 valor de 3mil reais. Essa foi a análise do cálculo. Prof. Paulo Meletti –
14 como universidade pública, nossa intensão não é arrecadar. Talvez um
15 valor menor, atraísse mais gente. O fato de o estudante vir fazer
16 disciplinas aqui na UEL, não implica em aumento de custos, porque se
17 pensarmos assim, o portador de diploma também deveria pagar algum
18 valor. Prefiro um valor menor, mais acessível e que vá atrair mais
19 estudantes. Profa. Maria Elisa – apesar de serem estudantes regulares,
20 nem sempre coincidem com o semestre de oferta do curso, muitas
21 vezes há a necessidade de oferta de disciplina extra, oferta especial,
22 às vezes coincide com uma troca de currículo, então, em alguns custos
23 acarretam custos sim. Profa. Marta Favaro – nós somos uma instituição
24 pública, mas, temos preços públicos para muitos de nossos serviços,
25 mas, podemos pensar em um preço que seja mais próximo do que seja
26 razoável de ser cobrado. Prof. Silvano Cesar – quanto as outras
27 universidades cobram? A UEM cobra R\$1.650,00 para outros cursos,
28 porque não faz revalidação da Medicina a UENP cobra R\$ 1.800,00
29 para quaisquer cursos e a Federal do Paraná cobra R\$ 830,00, mas há
30 um limitador de revalidações e essas universidades têm esse limitador
31 bem curto, a UEL não colocou limitador. Prof. Silvano Cesar – gostaria
32 de saber se há algum estudo do custo envolvido para essa revalidação.
33 Luís Fernando Casarim – para esse processo não fizemos esse estudo,
34 mas, podemos realizar, para a composição desse valor que está
35 pautado, aplicamos somente atualização de 2009 para cá. Profa. Maria
36 Elisa – todas as IEES estão revendo os seus valores, porque como nós,
37 fixaram os preços há muito tempo. Profa. Patrícia Mendes – é o
38 interessado que escolhe a universidade em que quer revalidar o seu
39 diploma? Se sim, um dos motivos de escolha pode ser o preço público.
40 Profa. Marta Favaro – sim, é o estudante que escolhe. Profa. Ana
41 Heloísa - não poderíamos separar o tema? Pensar o preço público para
42 o Revalida e pensar o preço público para outros tipos de revalidação?

1 Profa. Marta Favaro – a nossa PJU pode avaliar. Prof. Paulo Meletti –
2 não estou pensando na distinção entre cursos, mas, porque os
3 processos do Revalida já vêm com uma indicação de aprovação, então,
4 precisamos atestar essa qualidade da formação. Nos outros casos
5 podemos negar, após séria avaliação. Profa. Maria Elisa – sim, os
6 processos do Revalida, ao final, no dia seguinte da aprovação, o
7 requerente já pode fazer plantão aqui no Brasil. Profa. Angela Lima –
8 quando a professora Maria Elisa listou os outros 38 cursos que já
9 solicitaram revalidação, muitos deles são licenciaturas, o fato de ser
10 uma única minuta, tem outras diferenciações que são importantes, no
11 revalida, não temos banca e há uma aprovação diferente dos demais
12 cursos. Os que não fazem parte do revalida, temos situações de
13 possibilidade de não aprovação e o que diz respeito das condições de
14 trabalho nos colegiados, é um dado a ser ponderado, e todo esse
15 trabalho que implica até em oferta de disciplinas para esses estudantes,
16 não podemos esquecer o papel social no que diz respeito a inclusão de
17 mais médicos na sociedade brasileira a UEL participa dessa política e
18 dá a sua contribuição para o SUS por conta desse programa. Nos
19 preocupa esse valor proposto, tem uma indicação da PROPLAN de
20 reajuste pelo IPCA, de 118%, que seria um pouco mais justo. Se
21 aprovarmos o valor de 3mil, esse preço ficará mais alto do que os
22 processos de revalidação da pós-graduação. Temos que considerar
23 que a pobreza está acirrada e as condições de pobreza foram
24 radicalmente pioradas nos últimos anos. Profa. Silvia Meletti – nos
25 processos de revalidação de diplomas da pós-graduação, a resolução
26 que regulamenta os preços públicos, indica que o preço público será de
27 uma bolsa de mestrado, ou seja, de R\$ 1.500,00 e no caso de
28 doutorado de R\$ 2.200,00, estamos sem reajustar esse preço desde
29 2014, que foi o último reajuste dessas bolsas. Profa. Marta Favaro – se
30 aplicarmos o índice de correção do IPCA, de 118%, o valor ficaria R\$
31 2.185,00, talvez seria um valor para avaliarmos. Prof. Silvano Cesar –
32 como proposta, sugiro o valor de R\$ 2.000,00, descontando a DREM,
33 ainda ficaria para a universidade R\$ 1.400,00. Profa. Patrícia Mendes,
34 concordo com o valor dos 118%, ou o de R\$ 2.000,00, mas, importante
35 já deixar na resolução esse reajuste anual, ou em uma nova resolução
36 mais ampla, para não termos esse susto, um salto grande de valores.
37 Prof. Silvano Cesar – a fixação do índice precisa ser bem pensada pela
38 PROPLAN, porque alguns ficam muito acima da inflação, deixar um
39 índice estabelecido em resolução às vezes pode ser injusto. A
40 PROPLAN pode fazer essa avaliação. Profa. Angela Maria de Sousa
41 Lima - importante também vermos como publicizar nesse documento e
42 em todos os espaços onde consta a divulgação da revalidação, o direito

1 ao pedido de isenção de taxa. Davi Miranda – importante constar na
2 resolução a necessidade de revisão anual desses valores, não precisa
3 fixar o índice. Acredito que o valor deveria ser o sugerido pela
4 PROPLAN de R\$ 2.185,00. Profa. Marta Favaro – temos alguns
5 aspectos. Primeiro, estou entendendo que o valor fixado vai valer para
6 todos os casos de revalidação de diplomas de graduação, sem
7 distinção de curso. Depois o valor. Em votação, primeiro: a proposta de
8 alteração do valor de R\$ 2.185,00, para a revalidação de diplomas
9 estrangeiros de graduação e incluímos o mesmo valor para os
10 processos de revalidação oriundos de convênios e acordos. Prof. Azenil
11 Staviski – se colocarmos algo de isenção nessa resolução, certamente
12 o TCE vai cobrar a justificativa. Profa. Marta Favaro – podemos assumir
13 o compromisso do SEBEC refinar a regulamentação das isenções de
14 preço público e trazer para o C.A avaliar. Não precisamos tratar nesse
15 dispositivo em tela, mas, podemos reforçar em um considerando o que
16 já está abrigado por legislação, como o caso dos refugiados. Em regime
17 de votação, Processo 19.488.659-4 (atualização dos valores conforme
18 parâmetros da PROPLAN - R\$ 2.185,00 e inclusão da cobrança para
19 Acordos e Convênios. Inclusão de considerando destacando isenções
20 previstas em Lei. Revisão anual dos valores, pelo C.A, sem fixar um
21 índice). Aprovado por unanimidade. **Item 10) Processo 19.188.662-3**
22 **- PROPPG - deliberar acerca da planilha orçamentária e**
23 **mensalidade do Curso de Especialização em Informática na**
24 **Educação (Relatora: Profª Dra. Silvia Meletti).** Curso do
25 departamento de computação. Oferta prevista para o segundo
26 semestre de 2023. A sua última oferta foi em 2021. A reformulação do
27 projeto pedagógico já foi aprovada em todas as instâncias e essa
28 reformulação desencadeou uma revisão dos valores. Esclarece que
29 não consta do projeto de readequação é que será um curso ofertado na
30 modalidade de remoto síncrono. Por isso o mínimo de 55 vagas, muito
31 acima do que temos visto nos cursos presenciais. O valor a ser fixado
32 é de 12 parcelas de R\$ 250,00. Em regime de votação. Aprovado por
33 unanimidade. **Item 11) Processo 19.431.401-9 - PROPLAN -**
34 **deliberar acerca do relatório das ações desenvolvidas, no período**
35 **de 2016-2021, referentes ao Plano de Desenvolvimento**
36 **Institucional – PDI. Luis Fernando Casarim** – agradece em nome da
37 PROPLAN a parceria dos diretores que estão encerrando os seus
38 mandatos e dá as boas-vindas aos recém-eleitos. Esse processo tem
39 um roteiro de instrução, já passou pelas câmaras, e agora vem ao
40 Conselho de Administração. Tivemos recentemente a aprovação da
41 prorrogação do prazo do PDI, mas o que está em tela são as ações até
42 2021. Qualquer complementação oriunda desse prazo complementar

1 poderá ser submetida novamente aos Conselhos. Em regime
2 discussão. Profa. Patrícia Mendes – o título traz relatório final, mas, o
3 Casarim já esclareceu que é um relatório parcial. Tem alguns itens,
4 vendo o do CCA, que não estão corretos, porque do processo constam
5 que foram realizados, mas, não foram. Gostaria de encaminhar a
6 reformulação. Profa. Marta Favaro – sugiro que a gente avalie essa
7 parte, até 2021 e que no relatório final, ao findar 2023, podemos fazer
8 os ajustes sugeridos. Luis Fernando Casarim – havendo alguma
9 reconsideração, podemos ajustar no relatório final, e se algo não foi
10 realizado, a ação pode ser prevista no novo PDI. Prof. Paulo Meletti –
11 acho importante manter, até pela memória do processo do que
12 planejamos e do que não foi possível executar. Profa Marta Favaro –
13 naquele pedido de prorrogação, foi aprovada uma metodologia e vocês
14 serão consultados novamente, momento em que podem inserir as
15 ações que não puderam ser executas. Em regime de votação, o
16 relatório parcial, até 2021. Aprovado por unanimidade. **Item 12)**
17 **Processo 19.361.282-2 - PROPLAN - deliberar acerca da minuta de**
18 **resolução que regulamenta o credenciamento, relacionamento e**
19 **controle das fundações de apoio na Universidade Estadual de**
20 **Londrina (Relator: Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho).**
21 PROCESSO RETIRADO DE PAUTA. **Item 13) Processo 19.405.379-**
22 **7 - PROPLAN - deliberar acerca do relatório financeiro final do**
23 **Curso de Especialização Lato Sensu em Economia Empresarial -**
24 **Turma 2019/1 (Relator: Luis Fernando Casarim).** Trata-se de
25 relatório final de curso de pós-graduação, nível especialização, que
26 está no prazo certo de tramitação. Foi aprovado por todas as instâncias
27 anteriores. Tanto a PROPLAN quanto a PROAF atestaram que os
28 recolhimentos regimentais foram realizados, conforme faz prova as
29 notas encartadas. É um curso do CESA e entendemos que está apto
30 para a apreciação e deliberação desse Conselho. Em regime de
31 discussão. Não havendo inscritos, em regime de votação. Aprovado por
32 unanimidade. **II. INFORMES.** Prof. Silvano Cesar – estamos lançando
33 a 29ª campanha de arrecadação de cestas básicas. Solicito apoio na
34 divulgação, porque o número de doações tem caído. Segundo ponto,
35 tenho recebido mensagens de docentes, sobre a questão da fundação
36 do Itedes, me parece que esse processo ainda está na PJU, foi uma
37 luta para se transformarem em uma fundação e tenho recebido
38 questionamentos sobre onde está o processo e o porquê está parado.
39 Profa. Marta Favaro – o processo não está parado, encontra-se em
40 análise na PJU e assim que essa análise for concluída, seguirá com o
41 seu trâmite. Profa. Silvia Meletti – tivemos nesse último quadriênio 48
42 programas avaliados pela CAPES, sendo 42 cursos acadêmicos e 6

1 profissionais. Deste quantitativo, 16 cursos subiram as suas notas, 31
2 mantiveram o conceito e apenas 1 curso teve sua nota rebaixada de 5
3 para 4. Temos 3 cursos com nota 7. Do conjunto de todos os cursos
4 que mantiveram as suas notas, já protocolamos para alguns, o pedido
5 de reconsideração de nota, a PROPPG deu todo o apoio na elaboração
6 dos recursos e muito provável conseguiremos elevar algumas notas. A
7 UEL brilhou nessa última avaliação e metade do período de avaliação
8 foi no período pandêmico e não foi fácil para os professores,
9 coordenadores e para nós da PROPPG. É uma alegria imensa para
10 nós. Profa. Marta Favaro – é uma alegria para nós também,
11 continuamos uma referência, ainda mais reconhecidos em todo o
12 território, 3 programas nota 7. Prof. Paulo Meletti – agradece o convívio
13 com todos os conselheiros, foi excelente esses quatro anos. Deseja
14 sucesso para o novo grupo que se inicia agora. Profa. Zilda Andrade –
15 agradece a parceria dos diretores que estão saindo, como ex-diretora
16 de eventos e agora como Pró-reitora, agradece pela parceria de sempre
17 com os projetos da PROEX, com a participação na Feira das
18 Profissões, que foi um sucesso, no Calçadão da Extensão e em todas
19 as outras ações. Tem certeza que vai continuar com o apoio dos
20 diretores que começarão agora os seus mandatos. Teremos o SEURS
21 e enviaremos 15 trabalhos da UEL, que esse ano passaram por
22 avaliação também da comissão do SEURS. Agradece a participação de
23 todas as unidades do calçadão da Sergipe e também do abraço da paz.
24 É o nosso compromisso de sempre de proximidade da UEL com a
25 sociedade. Divulgamos o quanto contribuímos com a comunidade.
26 Teremos a UEL como participante do JOSUEPAR, que acontecerá em
27 final de novembro em Guarapuava. Temos uma equipe de voluntários
28 que nos auxiliará nesses jogos. Coordenação Técnica e Apoio Geral:
29 Ariobaldo Frisselli – DES/CEFE, Luiz Cláudio Buzeti – PCU, Antonio
30 Edson Amaral – Ouvidoria, Aluizio Antonio Grosso – Assessoria de
31 Corregedoria, Zilda Andrade – PROEX, Coordenadores das
32 Modalidades: Alvaro Barreto – SAUEL, Carlos Cesar do Nascimento –
33 Bebê Clínica, Edelita Gonzaga Martins – PRORH, Edson Antonio Miura
34 – AINTEC, Eliana Aparecida Silicz Bueno – MCT, Ely Ferreira de
35 Siqueira – PRORH, Helio Ferreira de Siqueira – APUEL, Jose Roberto
36 Pereira – HU, Larissa Bobroff Daros – CEFE, Miriam Silveira Loures de
37 Oliveira – PRORH, Paulo Cesar Daniel – HV, Regina Mara Martins
38 Machado – PROEX, Waldir Ferreira – PRORH. Profa. Sarah Hegeto –
39 meu último C.A, estive preparando meu relatório de gestão e foi uma
40 viagem no tempo, de 4 anos que passei à frente da direção, a maior
41 parte dos quais, em pandemia, foi emocionante revisitar essas ações e
42 o quanto esse grupo está saindo fortalecido, agradece a parceria, o

1 privilégio de ter trabalhado com todos vocês, preciso agradecer
2 também todo o apoio do Gabinete da Reitoria. O CCS estará bem
3 representado, as eleitas estão muito motivadas a contribuir com a UEL
4 e com essa gestão. Profa. Marta Favaro – falo agora em nome da
5 PROGRAD, como Pró-reitora, nunca tivemos tão próximos dos
6 diretores de Centros e foi fundamental para passarmos por esse
7 período da pandemia, da tristeza do momento e da beleza do trabalho
8 coletivo. Profa. Patricia Mendes – assim como o Prof. Silvano, também
9 estou sendo cobrada pelo processo do FUNCETIC (fundação do
10 Itedes), que já está há muitos dias na PJU e há uma cobrança dos
11 professores, gostaria de uma especial atenção sobre esse processo,
12 uma celeridade no processo de credenciamento de mais essa
13 fundação. Eu não estarei mais na posição de diretora, mas, estarei na
14 vice-direção. Gostaria de agradecer a esse grupo pela parceria, pelo
15 aprendizado, o meu agradecimento a todos que fizeram parte desse
16 aprendizado e dessa convivência nesses quatro anos. O apoio e
17 paciência de todos no Gabinete. Profa. Marta Dantas – gostaria de
18 convidar a todos a participarem da programação do Ouro Verde dessa
19 semana. Estamos com a programação do Circulasons Edição especial
20 que celebra os 70 anos do Cine Teatro Ouro Verde UEL e homenageia
21 o compositor Arrigo Barnabé. Teremos a participação amanhã do
22 cineasta Rodrigo Grotto. E no dia 1 de outubro o grande show da obra
23 Clara Crocodilo, de Arrigo Barnabé, com a participação da cantora e
24 compositora Tetê Espíndola e da banda londrinense Aminoácido, que
25 assina os arranjos e apresenta uma versão inédita da obra nesse
26 show. Profa. Ana Heloísa Molina – agradece a convivência e a
27 possibilidade do exercício de escuta, tivemos ricas discussões, foi
28 realmente um trabalho coletivo, de não pensar só no Centro pelo qual
29 é responsável e deseja que esse exercício de escuta e de trabalho
30 coletivo continue nesse novo C.A. Prof. Rogério Zanetti - me despeço
31 deste coletivo, com um agradecimento enorme e um fraterno abraço a
32 todos. Prof. Marcos Augusto – agradece aos colegas, foi um
33 aprendizado grande, conseguimos realizar nossos objetivos, agradece
34 o apoio de todas as unidades, a gestão do Prof. Sérgio Carvalho
35 também, e pelo prazer de ter conhecido essas pessoas fantásticas,
36 essa amizade veio para ficar, o grupo não se desfaz. Profa. Marta
37 Favaro – uma salva de palmas para todos, agradece a parceria e o
38 trabalho que foi árduo. Agradece aos Diretores que estão findando os
39 seus mandatos e peço que se mantenham firmes nas pautas em defesa
40 da nossa UEL e permaneçam pertencentes ao coletivo. Nada mais
41 havendo para tratar, a Reitora, prof^a Marta Regina Gimenez Favaro
42 agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e eu, Deise Mary

- 1 Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados
- 2 Superiores lavrei esta ata, que após lida e aprovada, será assinada por
- 3 mim e pelos membros do Conselho presentes na reunião.
- 4
- 5 Marta Regina Gimenez Favaro _____
- 6 Reitora
- 7
- 8 Ana Heloísa Molina _____
- 9 Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas
- 10
- 11 Paulo Cesar Meletti _____
- 12 Diretor do Centro de Ciências Biológicas
- 13
- 14 Silvano Cesar da Costa _____
- 15 Diretor do Centro de Ciências Exatas
- 16
- 17 Alan Salvany Felinto _____
- 18 Vice-Diretor do Centro de Ciências Exatas
- 19
- 20 Regis Garcia _____
- 21 Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados em exercício
- 22
- 23 Sarah Nacy Deggau H. De Souza _____
- 24 Diretora do Centro de Ciências da Saúde
- 25
- 26 Rogério Zanetti Gomes _____
- 27 Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes
- 28
- 29 Patrícia Mendes Pereira _____
- 30 Diretor do Centro de Ciências Agrárias
- 31
- 32 Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues _____
- 33 Diretora do Centro de Tecnologia e Urbanismo
- 34
- 35 Marcos Augusto Rocha _____
- 36 Diretor do Centro de Educação Física e Esportes
- 37
- 38 Davi Miranda _____
- 39 Representante dos Servidores Técnicos Administrativos
- 40
- 41
- 42 Zilda Freitas Andrade _____
- 43 Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade
- 44
- 45 Maria Elisa Cestari _____
- 46 Pró-Reitora de Graduação em exercício

1		
2	Silvia Meletti	_____
3	Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação	
4		
5	Azenil Staviski	_____
6	Pró-Reitor de Administração e Finanças	
7		
8	Luis Fernando Casarim	_____
9	Pró-Reitor de Planejamento em exercício	
10		
11	Leandro Altimari	_____
12	Pró-Reitor de Recursos Humanos	
13		
14		
15	<u>CONVIDADOS</u>	
16		
17	Marcela Baracat	_____
18	Diretora da Farmácia Universitária	
19		
20	Ângela Maria Sousa Lima	_____
21	Diretora do Sebec	
22		
23	Henrique Pipolo	_____
24	Diretor do EAAJ em exercício	
25		
26	Vivian Biazon Feijó	_____
27	Diretora Superintendente do HU	
28		
29	Helion Leão Lino Junior	_____
30	Diretor da COU	
31		
32	Luiz Claudio Buzeti	_____
33	Prefeito do Campus	